

O individuo e o ator nas brechas da midiatisação: contrabandos em espaços conjuminados¹²

Jairo Ferreira

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

Brasil

jferreira@unisinos.br



Pós-doutor em Comunicação pela UNR (Argentina). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

¹ Victor Folquening morreu em 31 de janeiro de 2012, dias depois da submissão deste artigo a revista Diálogos, em decorrência de acidente ocorrido em sua cidade (<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1218697>). Este artigo foi revisado por mim, Jairo Ferreira. Mantive intactas as partes do texto em ele mais revelava o seu pensamento. Doutorando brilhante e professor querido (http://www.unibrasil.com.br/noticias/detalhes.asp?id_noticia=8822), deixa um vazio em nossas pesquisas. Reescrevi este texto com saudade de nossas longas conversas.

² Este artigo é parte da pesquisa *Matrizes epistemológicas do campo da comunicação nas investigações sobre midiatisação* (CNPq/CAPES/FAPERGS - Unisinos). Está também inserido na pesquisa em curso de Victor Folquening, em sua tese de doutorado (Bolsista CAPES), em produção, intitulada *Contrabando cristão nas fronteiras da mídia* (2010-2011).

Victor Folquening

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

Brasil

vicfolken@yahoo.com.br



Doutorando em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Professor-pesquisador das Faculdades Integradas do Brasil (Unibrasil).

Victor, que o imaginário compartilhado seja um convite que permaneça, como na vivacidade das descobertas marcadas por este texto. Saudade de nossas narrativas.

Jairo, in memoriam de Victor Folquening

RESUMO:

Este artigo desenvolve uma reflexão sobre o indivíduo nos processos de mediação. Sugere que este objeto é produtivo para pensar os processos de mediação. Inspirado nas reflexões de Vicent Gaulejac e Bernard Lahire, situa a diferenciação dos indivíduos – em sujeito à, sujeito de - em jogo nos processos sociais e mediados como um foco importante para superar a tendência da homogeneização da categoria indivíduo. A partir das proposições que apresenta, descreve um tipo de ator midiático que indica e possibilita inferências sobre as novas

configurações do indivíduo inscrito em dispositivos midiáticos. Entre essas inferências, está a configuração de um processo nominado como *contrabando* – valores em trânsito entre instituições diversas, inscritas em dispositivos diferidos e indeferidos, como sintoma de uma localização do indivíduo nos processos de mediação.

Palavras-chave: Mediação. Indivíduo. Ator. Comunicação. Processos sociais

1 Introdução: questões em torno do indivíduo e mediação

Este artigo sugere que o indivíduo pode estar lá (sujeito a ritmos e regulações com seus rituais ou estratégias, ou seja, ao poder) ou aqui (sujeito de processos em curso, com reflexividade, alteridade e troca). Correlato, partimos da premissa de que os processos midiáticos ocorrem entre uma tensão entre as práticas (que incorporam códigos, estruturas e sistemas) e as interações em curso.

A premissa é de que o indivíduo *sujeito de* se localiza para além das práticas (processos incorporados em diversos níveis: sócio-antropológicos, técnicos, discursivos), repetidas em rituais e estratégias, se colocando no espaço das trocas com suas narrativas, próprias, convidando seus pares individuais a participar da história do presente, buscando, em interlocução, decifrar os desafios e enigmas em curso, projetando, em interações, cenários possíveis sobre os quais se sente comprometido intervir. Nesse sentido, o indivíduo é ator. Isso é, atravessado por diversas determinações, não resta, ao individual, senão elaborar suas próprias sínteses, não predominantemente lógicas, mas principalmente em narrativas de si, em interlocução com seus pares, no presente, em interações.

Nessa tensão entre subordinação aos contextos sociais em reprodução, com todos os seus efeitos históricos (incluindo o mal estar da civilização), e emancipação ética e estética perante “a crosta bruta” que o soterra, o indivíduo se enfrenta com o desafio de sair das rotinas ritualísticas e estratégicas que transformam a sua vida em um fazer burocrático, e desenvolver uma singularidade que lhe permita registrar, no âmbito das práticas consolidadas, os seus objetos. Se a emancipação do indivíduo passa pela reflexividade sobre os contextos de diversos níveis que o

determinam, a descoberta da dimensão estética só é realizada, em nossa perspectiva, nas narrativas que constitui.

Essa proposição, que produzimos inspirados em autores pós-bourdianos diversos (Gaulejac e Lahire), conforme reflexões desenvolvidas no item “contexto reflexivo”, é mobilizada para pensar a análise e crítica às configurações dos processos midiáticos enquanto formações sociais. Chamamos de formações midiáticas os processos históricos e sociais específicos a regiões, territórios, nações, que são diferenciais, mas passíveis de uma análise na perspectiva de articulação de formas de produção midiáticos historicamente categorizáveis em dispositivos (oralidade, escritura, imprensa, mídias eletrônicas massivas, mídias digitais, etc.) e seus correlatos em termos de interações midiáticas possíveis (especialmente decifrável e analisável enquanto relações entre produção, recepção e circulação no processo de comunicação). Uma formação sócio-midiática é, em geral, por homologia as formações históricas marxistas, a articulação entre diversos modos de produção – formas de processos materiais de produção, recepção e circulação e interações correlativas possíveis em seus âmbitos. Nesse sentido, nunca é um processo homogêneo.

É a partir desses dois contextos reflexivos (primeiro, o da validade da categoria “indivíduo” na análise da midiatização; segundo, o da midiatização enquanto formação de processos comunicacionais) que elaboramos inferências sobre um caso que consideramos índice de uma reconfiguração das relações entre os processos sociais em geral e as próprias formações comunicacionais atravessadas pela midiatização.

2 Contexto reflexivo I: fundamentos ontológicos da validade da categoria “indivíduo”

A categoria do indivíduo pode ser argumentada em sua validade em torno de três dimensões: a epistemológica, a ontológica e do método.

Em termos epistemológicos, a categoria do indivíduo aparece já em Feuerbach (Marx e Engels, 1975) e A Questão Judaica (1975), em Marx. Na crítica a Feuerbach, os indivíduos são situados em relações sociais, sendo que a emancipação perante as relações feudais é uma passagem para a inscrição dos mesmos nas relações de classe no capitalismo. Esta perspectiva

será central em sua crítica a concepção de sociedade como relações de indivíduos isolados. Isso está bem explícito nessa passagem da Questão Judaica (1975b), quando afirma:

O homem, na sua realidade mais íntima, na sociedade civil, é um ser profano. Precisamente aqui, onde aparece a si mesmo e aos outros como indivíduo real, surge como fenômeno ilusório. Em contrapartida, no Estado, onde é olhado como ser genérico, o homem é o membro imaginário de uma soberania imaginária, despojado da sua vida real individual, dotado de universalidade irreal (Marx, 1975, página 13).

Entre esses dois polos, o marxismo afirmará a categoria do indivíduo como ideológica, fundadora da propriedade privada, ao separar o individual do social (de sua existência genérica) por força da lei, dos direitos. É nessa sociedade fragmentada, que surge o Estado como universalidade (e seu correlato, o idealismo hegeliano). A sociedade burguesa, nesse sentido, dissolve a cultura e a economia, fragmentaliza e antagoniza o individual, nominando e designando o indivíduo como natural (direito natural), ao mesmo tempo em que os unifica e os relaciona às esferas separadas do Estado (a cultura e a economia).

Em nossa perspectiva, o marxismo aborda as interações na perspectiva de seus determinantes de longo prazo, as estruturas de alcance histórico: as infraestruturas, os modos de produção, incluindo aí as classes de indivíduos; as superestruturas, a cultura e a política. Ao colocar assim a questão, o marxismo se viu tensionado com o problema da história, da emancipação e da liberdade, pois como explicar a revolução sem pensar o espaço da liberdade? A solução conhecida é do partido, independente de suas matrizes alternativas (Lenin, Trotsky, Kautsky, Lukacs, etc.).

Será o existencialismo de Sartre que vai retomar, nessa linha de reflexão, o problema da liberdade, intercedendo no cerne do debate que estamos contextualizando – ou seja, a tensão entre estar *sujeito à* e *ser sujeito de*.

Sartre (1978) afirmará que o marxismo, onde se inclui, não ajustou as contas com as mediações. Os condicionamentos estruturais não são vividos como sugere a redução marxista, na medida em que os indivíduos conhecem o mundo por sua pertinência aos grupos de moradia, por exemplo. Ao expulsar para a esfera das determinações universais todas as determinações

concretas, diz Sartre, o marxismo perdeu o sentido do que é homem, acabando por preencher essa lacuna com Pavlov. As mediações, num movimento diverso de método, vão procurar preencher as lacunas entre uma concepção de humanismo universal e a vida concreta, identificando - em diversas tensões que se desenham entre os elementos objetivos da vida dos indivíduos e seus objetivos - o campo de possíveis, ou, de liberdade, como pertinente para pensar o ser para si, retomando, nesse aspecto, o livre arbítrio que tinha sido rechaçado, em nome da consciência da necessidade, por Lenin em *Materialismo e Empiriocriticismo*. Ou seja, além das mediações, Sartre vai acentuar nesta e noutras obras, as articulações entre condicionamentos estruturais e a liberdade (“o campo dos possíveis é o objetivo em direção ao qual o agente supera a sua condição objetiva”, Sartre, 1978, 152).

Entretanto, ao mesmo tempo em que o marxismo era criticado pelo acento nas determinações históricas, e de preencher, no período stalinista, o vazio entre universalidade e experiência concreta, com Pavlov, a premissa existencialista de crítica às determinações se enfrentava com dois deslocamentos que atingiriam as bases do argumento de Sartre: a psicanálise, ao enfrentar a questão da subjetividade também na perspectiva de determinações; a antropologia, ao elaborar níveis de determinações válidas para os grupos sociais mais específicos do que as classes.

A inserção da psicanálise no âmbito das reflexões de classes foi feita a ferro e fogo:

“A controvérsia entre marxismo e psicanálise é tão antiga quanto a própria psicanálise. Atingiu seu apogeu em fins da década de vinte, ao ocorrer uma irreparável cisão, entre, de um lado, os marxismo ortodoxos (isto é, stalinistas) e do outro os sociais freudianos (os “freudianos-marxistas”) da Escola de Frankfurt... permaneceu latente por várias décadas. Só voltou a tona com o recrudescimento na luta europeia de classes na Itália, França, República Federal Alemã e Estados Unidos, na década de sessenta (Schneider, 1977, pag.9).

Ao mesmo tempo em que constituía um campo para pensar o individual em termos de subjetividade, diverso do objetivismo marxista, a psicanálise sugeria novas estruturas determinantes, vinculadas ao desejo. Na teoria crítica surge, nas articulações de uma teoria marxista e psicanálise, um conjunto de proposições indicando de como a economia do desejo

afeta e desloca as economias políticas das classes – até o ponto de interpretar as guerras, o sucesso do capitalismo e da sociedade de massa através dessas determinações articuladas. Tratam-se, portanto, de perspectivas que acentuam o *sujeito à*, mesmo que seja à própria subjetividade manifesta em desejo (psicanálise) ou da articulação do desejo com as determinações de classe (teoria crítica, e outros que se inseriram nesse debate – Fromm, Reich e o próprio Schneider, citado acima).

Esses embates são parte do deslocamento produzido por Pierre Bourdieu. Mobilizando, por um lado, a antropologia, e, de outro, a herança do pensamento sociológico, esse vai procurar, no conceito de *habitus*, uma síntese entre as dimensões psicológicas (subjetivas) e objetivas (posições sociais), assim como entre os mitos e rituais dos grupos sociais e os processos sociais de classificação (distinção). O *habitus* é um conceito que se refere a práticas mais estáveis vinculadas a reprodução (casa, *Maison*, casamento, celibato, filhos...) e produção (economia, política, cultura, instituições), mas, ao acentuar que as práticas são produzidas nas articulações entre estratégias e as regras, Bourdieu procura uma solução para situar o papel ativo do sujeito quando condicionado. O conceito de agente é um duplo: *sujeito à*, *sujeito de*. Isso só é possível porque adota, da psicologia, a perspectiva estruturalista (Lewin, Piaget), em que os sujeitos são assujeitados a estruturas que se constituem nas interações, mas, ao mesmo tempo, projetam em potência um espaço de escolhas.

2.1 A multiplicidade de determinações

As diversas proposições das ciências sociais solapam as bases do argumento existencialista sobre o campo de possíveis do indivíduo: a subjetividade está dominada pelo inconsciente, pelo desejo; os grupos em interação, pelos mitos e rituais; o campo de possíveis, é de estratégias de acumulação e distinção; a subjetividade, de positiva, mostra suas garras de negatividade (a morte); a liberdade dos grupos, sua capacidade de contenção dos possíveis; e os possíveis, de liberdade, se transformam em campo de reprodução dos mercados econômicos, políticos e culturais. Onde, então, o indivíduo?

Há duas soluções em curso na reflexão pós-bourdiana. Uma, a que acentua que o indivíduo se coloca no âmbito de uma multiplicidade de determinações (o genético, o desejo, os

grupos, as classes, os discursos) e ações (os ritos, os mitos, as estratégias) em interações em curso. A outra, a que destaca as dimensões conjunturais que acentuam o peso do presente perante as determinações. Falaremos de ambas para fundamentar a proposição da narrativa como central na reflexão sobre o indivíduo como ser para si (retomando, aqui, os termos de Sartre), ou *sujeito de*, mesmo que *sujeito à*.

Uma dessas referências é Gaulejac (2010), que nos fornece subsídios na busca de uma distinção entre: indivíduo social, indivíduo psicológico, ator e sujeito, designando, nessa diferenciação e integração, bases para análise que diferencia o conceito de habitus. Na perspectiva de Gaulejac (2010) o indivíduo é trabalhado em diferentes campos teóricos, que definem, inclusive, suas dimensões:

- a) *O mundo da sociedade, economia, cultura, instituições, relações sociais, de status e posição social, onde o indivíduo é "sujeito sócio-histórico" confrontado com múltiplas determinações relacionadas ao contexto em que ela emerge.*
- b) *O mundo do inconsciente, das pulsões, fantasias e imaginação, onde o indivíduo é um sujeito desejante confrontado com o desejo dos outros que contribuem para a sua disposição de sujeito e/ou assujeitamento.*
- c) *O universo de reflexividade, onde o indivíduo munido de um discurso que lhe permite pensar (cogito ergo sum), para nomear e ter acesso a algum controle em relação ao mundo.*
- d) *O mundo da ação, já que o sujeito é revelado naquilo que produziu, no que faz dele autor nas ações concretas que marcam a sua existência. Torna-se um produtor de sua própria vida: como um artista cria uma obra de arte, ou como um artesão produz um objeto.*

Na perspectiva da dimensão “a”, temos, por exemplo, o indivíduo na teoria dos campos e dos habitus de Bourdieu; na “b”, a psicanálise; na “c”, as teorias cognitivas e semióticas; e, na “d”, as interacionistas. Pode-se criticar que essas categorias são relativas a entradas epistemológicas diferenciadas (sociologia, psicologia, semio-cognição e etnometodologia) limitadas na medida em que não foram feitas para a compreensão das zonas de interface, e sim para a diferenciação dos objetos.

Essa perspectiva pode ser vista também Lahire (2002).

A importância ontológica dessa premissa na análise da comunicação é correlata à força dos processos de interação e usos perante as práticas sociais incorporadas. Essa relação entre o presente e os contextos incorporados está vinculada as ocasiões de desajustamento e de crise. Nesse sentido, acentuamos, na formação histórica do Brasil, diversas situações que se aproximam de casos de “desvio e desajustamento” (Lahire, 2002) do mundo social. Destacamos três específicas:

- Contradição com o até então incorporado _ diversidade histórica e cultural da formação Brasil, sem hegemonia definida. Ou seja, não há projetos fortes de um Brasil purificado etnicamente.
- Imigrações internas remetendo a diversidade
- Desvios entre disposições e situações – os outros em ambientes de outros, etc.
- Transformações históricas fortes – populismo, ditadura, democracia, novas configurações recentes, na economia e na política.

Essas situações acentuam a importância do presente sobre o passado, das interações relativamente aos contextos, dos usos em relação às práticas. Configura-se aí uma base no real (ontológica), que fortalece ângulos interacionistas na análise da comunicação. Mas isso significa que temos, nessas situações, o indivíduo em processos de liberdade de escolha?

Mesmo que o espaço de liberdade seja restrito, é nessa perspectiva que pensamos o indivíduo: atravessado por diversas determinações, não resta, ao individual, senão elaborar suas próprias sínteses, não predominantemente lógicas, mas principalmente em narrativas de si, em interlocução com seus pares no presente, em interações. O inverso disso é a violência, física ou

simbólica, como método de resolução do conflito social decorrente da diversidade de práticas em jogo nas interações.

3 – Contexto reflexivo II: Proposições sobre a mediação

Para localizar as questões e problemas tratados neste artigo como mediação, partimos das hipóteses de Ferreira (2010^a, 2011, 2012) sobre os processos de mediação, agrupadas em três níveis. O primeiro são os processos de comunicação, identificados a partir dos modelos teóricos da comunicação (dos lineares aos circulares). Esses modelos permitem identificar funcionamentos nos processos de comunicação quando regulados por dispositivos midiáticos. São ativados, explícita ou implicitamente, pelos investigadores da área inclusive quando tensionados por problemas de emissão, recepção, circulação, informação, fluxo, etc. Nessa dimensão – de funcionamento – o processo de mediação se revela na autonomização dos processos de circulação. Essa autonomização é determinada pela inscrição dos receptores nos processos produtivos, deslocando inclusive o funcionamento dos produtores midiáticos anteriores, que passam a também desenvolver funções de consumidores. Considerando a dimensão funcional, a mediação se caracteriza por esta autonomia de processos de circulação inter e intramediáticos. Mesmo que esse funcionamento seja apenas parte do processo de mediação, puramente descritivo, é sempre retomado e reformulado conforme as questões em estudo (recepção, produção, circulação, etc.).

O segundo nível são os dispositivos. Os dispositivos são compreendidos a partir de diferentes enfoques epistemológicos (semiológico e discursivo; sócio-antropológico; e técnico e tecnológico) que trabalharam esse operador semântico, mas, buscando, especialmente, as interfaces (entre signo e tecnologia; signo e sociedade; sociedade e tecnologia) a partir de estudos de caso. Nesse sentido, são valorizados os processos ascendentes de percepção de fenômenos, partindo de materialidades, indícios, categorias empíricas, em direção a problemas e proposições teóricas e conceituais novas.

O terceiro são os processos sociais (ou contextos). Aqui são centrais as condições sociais de produção, consumo, distribuição e circulação (portanto, históricas) identificáveis nas interações entre os indivíduos, entre as instituições, e entre indivíduos e instituições. Esses

processos são analisados pela sociologia, antropologia, economia, psicologia, história, entre outras ciências sociais. Esse nível é o espaço de interpretações sobre as transformações contextuais que estão articuladas com os processos de midiatização.

A midiatização são as relações e intersecções entre esses três níveis definidos a partir de aportes teóricos e epistemológicos. A análise dos processos de midiatização, objeto dinâmico e de fronteira, se refere sempre a casos que podem ser inscritos enquanto problemas conforme essas angulações.

Este modelo teórico, entretanto, é abstrato. A midiatização não é um processo homogêneo, com validade universal, a todos os territórios, regiões e espaços sociais. Sua configuração está delimitada por seu pressuposto: é necessário que os indivíduos se insiram como, potencialmente, *sujeitos de* suas narrativas, o que implica na requisição de sociedades civis que tenham respondido às premissas da mercantilização da cultura, da política e da economia. Ou seja, a inserção dos receptores na esfera da produção, como dimensão central da circulação autonomizante, requer que os indivíduos sejam “livres” – mesmo que isso seja conforme os pressupostos da liberdade mercantil, para que, aí, situem-se de diversas formas, seja como *sujeitos à* ou como *sujeitos de*.

É nesse sentido que falamos de formações sociais singulares. Uma formação social será potencialmente mais midiatizada conforme os diferentes níveis de autonomia formal dos indivíduos, mesmo que essa formalidade seja aparente, na medida em que subordinados às diversas determinações sociais e biológicas. Isso, entretanto, não basta, pois a midiatização decorre também das diferentes formas de inscrição dos indivíduos na multiplicidade de dispositivos de comunicação em jogo numa determinada sociedade. A análise dessas especificidades dependem de pesquisas empíricas.

3.1 *Que indivíduo é esse inscrito em dispositivos midiáticos?*

Começemos por Verón, um dos autores que são referência na construção de hipóteses sobre a midiatização. Em seu esquema para análise da midiatização (VERÓN, 1997), aparecem múltiplas relações entre instituições, meios e atores individuais. Caracteriza assim os atores individuais:

Enquanto atores, os qualificamos de individuais para excluirmos atores sociais enquanto coletivos (no sentido em que se pode dizer, por exemplo, que um sindicato é um ‘ator social’ ou que o empresariado é um ator social). No esquema, nossos ‘atores’ são os indivíduos no sentido etnometodológico de membros de uma sociedade. Quer dizer, que se trata de atores individuais inseridos em complexas relações sociais. (VERÓN, 1997, p. 14).

Essa formulação remete, na perspectiva de Ferreira (2010), a esse duplo do indivíduo nos processos de mediação: por um lado, inscrito em dispositivos; por outro, em contextos sociais complexos, sobre os quais refletimos acima.

Essa tensão aparece em Verón. Em artigo onde reflete sobre a televisão (VERÓN, 2001), volta a falar desse ator individual, no quadro de uma crítica à sociologia do gosto (ou do consumo) de Pierre Bourdieu (se referindo implicitamente a *La Distinción*). A sociologia do consumo cultural, com sua articulação entre variáveis objetivas e subjetivas com estilos de vida, perdeu “uma boa parte do poder predicativo” (2001, página 15), em decorrência das incertezas sobre as gramáticas de reconhecimento, e da ruptura de escala que altera a problemática do privado e do público: o trânsito acentuado é de que uma semiose referenciada na escrita, que conceituou o espaço público democrático, moderno e republicano, cedeu espaço para uma semiose baseada na primariedade e secundariedade, introduzida pela mediação. A formulação de Verón (2001) indica, claramente, qual é o calcanhar de Aquiles das instituições categorizadas como modernas (os campos institucionais estabilizados): equipamentos semióticos limitados. Mas aqui, o indivíduo também está sujeito às estruturas de longo prazo, mesmo que históricas, designadas como “equipamentos semio-discursivos” inscritos em dispositivos midiáticos. Em Verón, o indivíduo é o sujeito à.

Convergindo, em parte, com essa proposição – de que o individual inscrito em dispositivos está sujeito às diversas determinações endógenas (dimensões semio-tecnológicas) e exógenas (processos sociais), concordamos que os campos sociais (o político, o cultural, o jurídico, o educacional, entre outros), no período compreendido como moderno, foram

regulados, em suas interações, por dispositivos baseados, em termos semio-discursivos, na escrita. Inferimos que a tendência de crise dos poderes instituídos, que ingressam num processo de transformação, pode ser relacionada aos processos de midiatização. Nesse sentido, o indivíduo é passagem de outras determinações, mesmo que sem consciência de seus efeitos.

4 O ator na interface

O indivíduo inscrito em dispositivos midiático é heterogêneo. Sem dúvida, na esfera dos ofícios, temos o ator midiático: o âncora, o repórter, o apresentador, o próprio ator, etc. estão neste quadro de diferenças dentro de uma mesma categoria. No outro limite, está a eclosão do indivíduo para além das determinações, construindo, na cena do acontecimento, suas narrativas. Entre os dois, uma variedade de possibilidades de inscrição que deve ser estudada caso a caso.

Este será o esforço a ser feito em torno do caso em construção.

Servimo-nos aqui de um observável (Folquening, 2011) ligado ao campo religioso, um pastor protestante às voltas com a problemática ‘cristianismo vs. homossexualismo’ em uma época, o primeiro semestre de 2010, marcada pelo debate público sobre assunto, sobretudo agendado pela incorporação de dramas dos homossexuais em novelas televisivas de grande audiência. Vale lembrar que esse sermão foi estudado pelo pesquisador³ na internet, através do site www.pibcuritiba.org.br, e reproduz o programa que vai ao ar semanalmente na TV aberta CNT com o nome *Dia a Dia com Deus*. Trata-se de um sítio de grandes qualidades técnicas, oferecendo ambientes multimídia e design condizente com as tendências contemporâneas da mídia em questão.

Em 21 de março de 2010, o pastor Paschoal Piragine Jr. fala para mais de duas mil pessoas na suntuosa sede da Primeira Igreja Batista de Curitiba, assentada no coração de um dos bairros mais valorizados da capital paranaense. Movendo-se de um lado a outro do tablado, o pastor menciona sua adesão à *Associação O Amanhã Para Nossos Filhos* e justifica que se trata

³ Pesquisa em curso de Victor Folquening, em sua tese de doutorado, em produção, intitulada “Contrabando cristão nas fronteiras da mídia” (2010-2011).

de uma entidade “que não é evangélica, mas de brasileiros”. O principal objetivo da associação, segundo o ministrante, é a “luta contra a exibição de pornografia na TV”.

Esse seria o tom do sermão. A certa altura, o pastor passa a identificar os locais que lhe fornecem as pistas dessa “ideologia, desse sistema de valores” que leva as pessoas a assumirem a “busca desenfreada de prazer”: “Vai numa banca de revistas, liga sua televisão, escuta a conversa no meio da rua e você vai perceber que há todo um sistema de valores, uma ideologia, que está dizendo ‘experimenta, viva, curta, faça...’”

O próprio pastor não se limita a identificar discursos explícitos pró-sexualidade. Fala em “discurso subliminar” e compreende que há um “sistema”: “Esse é um sistema tão sutil, tão tremendamente interligado que, por exemplo, mexe com a moda, e a moda começa a trabalhar o despertar da sensualidade... “

Pastor Piragine reforça o viés familiar abordando o controle dos pais a respeito dos conteúdos frequentados pelos filhos na internet. Conta que, em suas viagens pelos Estados Unidos, se surpreendeu ao ver computadores não nos quartos, mas nas cozinhas e salas – uma forma de vigilância praticada como antídoto ao consumo de pornografia, já que “basta ligar o computador e você tem acesso a qualquer coisa”.

Num tom crescente, o pastor agora descreve “dois garotos” hipotéticos que “ligam suas *webcams*”, se despem um para o outro, falam palavras que “despertam desejo” e “se masturbam, aqui e acolá”: “Queridos, eu não estou falando de coisas que acontecem lá longe. Pode estar acontecendo na sua casa!”

E Piragine para de sorrir, segura o silêncio mais prolongado do sermão, sustenta a severidade na expressão. Troca o microfone de mão e aponta o dedo para a plateia. “E nós achamos normal. E por que nós achamos normal?”, se pergunta retoricamente, para depois responder: “Satanás tem aconselhado crianças, jovens e adultos no meio dessa sociedade moderna e pós-moderna, a satisfazer sem qualquer limite os desejos ardentes da sua carne”.

Piragine Jr. detecta que Satanás tem obtido êxito: “E o pior é que nesse sistema até as famílias, que antes eram as mantenedoras dos valores, comecem a apoiar essa satisfação”. Tal conclusão é fruto da observação dos conteúdos televisivos: “A gente vai ver, em cadeia nacional

de televisão, pais modernos dizendo: ‘meus filhos, de 15, 16, 14 anos, não precisam transar fora de casa’. E eu não estou falando um absurdo: você deve ter visto o mesmo que eu na televisão!”.

No final, o ministrante se apoia em percepções obtidas na ambiência midiática para resignificar o texto bíblico de João (o profeta “anteciparia” a psicanálise), escrito quase dois mil anos atrás. Ao mesmo tempo, se vale de recursos expressivos típicos da televisão para falar do púlpito. Sua crítica à “modernidade e pós-modernidade” não exclui o discurso legitimador da ciência, pois em mais de um momento (não reproduzidos neste artigo) cita estatística e psicanálise para dar credibilidade aos fatos narrados.

No auge do sermão, o ministrante religioso solicita o afastamento da mundanidade de maneira categórica: “Amar o mundo é amar o projeto de Satanás para sua vida!”

4.1 *Contrabando no espaço-tempo conjuminado*

O ator Piragine Jr. é dotado de indícios que caracteriza a técnica expressiva do ator midiático; ele nitidamente reconhece e domina certas competências próprias do meio televisivo – entre eles o cuidado para “camuflar” comentário que poderia ser interpretado como homofóbico: o fato de citar “dois meninos” como protagonistas-símbolo da relação masturbatória via webcam. O reconhecimento implícito desse perigo sugere compreensão de certa vocação liberal do dispositivo televisivo. Sem dúvida, essa é uma publicidade – a homofobia - que não viria a beneficiar a Primeira Igreja Batista de Curitiba.

Mas, ao dominar a técnica expressiva do ator midiático, Piragine busca “contrabandear”, em sua mútua inscrição em dispositivos diversos (palco-plateia indeferidos e diferidos), a visão conservadora, crítica, do sistema a que se entrega no momento do culto. As falas do pastor parecem direcionadas ao público, ao vivo, em uma forma que “o ator pode mudar a condução da cena conforme a reação da plateia”, como escreveu Benjamin sobre diferenças entre o teatro e o cinema. Porém, a performance é “fria” em relação aos dois mil fiéis que lotam a assembleia – tanto que a transmissão omite o público ou mesmo sua reação sonora, como palmas ou frases de aprovação/louvor. Piragine está atento ao modo como irá “parecer” ao ser captado pela câmera. Se suas visões de mundo – como a condenação da homossexualidade – são teoricamente compartilhadas pelos fiéis (ao menos no momento do culto), não se pode dizer o mesmo do público potencial representado pela TV e pela internet. Ele intui e domina, a seu modo, o fluxo

como o processo comunicacional se desenrola. Controla sua porção ator em cena no espaço público indeferido o suficiente para garantir alguma assertibilidade da mensagem no espaço público deferido.

A condução do tempo parece seguir uma lógica diferente não só da comparação com o tempo real dos acontecimentos, como independente da própria disposição para a edição. Ao tomar contato com a versão televisiva ou digital do sermão, a audiência terá uma terceira dimensão temporal: para além daquela do mundo vivido, daquela proposta pela edição caracterizante do tempo midiático; verá o resultado de um desempenho construído no tempo imaginado/calculado pelo pastor. Um tempo em que as ideias consensuais são destacadas e as passíveis de negociação simbólica, “protegidas” pela fluidez da fala. O presente absoluto solicitado pela mídia transborda para realidade do espaço público da vida cotidiana, afetando no fim a milenar relação direta do ministro religioso com seus fiéis. Temos aqui uma afetação indiscutível da mediação: a circulação construindo outras esferas de tempo na sociabilidade. O tempo conjuminado – deferido e indeferido, em contato, condensado neste ator de interface.

Sem a oportunidade de vivenciar o sagrado no dispositivo, o ator também se libera dos limitadores impostos pelos recursos midiáticos imutáveis do passado, eternizantes e mitologizadores por natureza, recolhedores da pátina consagrada tão característica dos milenares livros sagrados. Mesmo assim, ele é sabedor das moralidades inseridas nos protocolos do sistema maior que é a mediação; reconhece que, mesmo no controle do dispositivo (a ação apropriada para a TV, por exemplo), precisa lidar com a ambiência e a economia de valores circulante nela.

Por isso precisa “contrabandar” no seu próprio subsistema as mensagens que porventura sejam barradas, negligenciadas ou combatidas à luz da transparência total. Em suma, além de se capacitar na lide com os processos comunicacionais de “superfície” (a técnica de representação típica do dispositivo televisivo, o tempo do discurso, etc.), o ator midiático se esmera em fazer circular sua mensagem, com pretensa eficiência, em processos de segunda e terceira ordem, construídos no interior de campos específicos da mediação, ou seja, como ator da vida cotidiana de espaços públicos não mediados.

5 Inferências sobre os atores em interface

Na medida em que, na investigação da mediatização, se trata de interpretar *ad hoc*, os contextos são identificados *à posteriori*, em suas relações, integrados a processos e não como pressupostos de análise. Trata-se, nesses processos de interpretação, de verificar seu potencial para dar conta de relações de interface.

Nesse sentido, o indivíduo-ator Piragine Jr deve ser pensando em sua inscrição em um dispositivo específico. É, nessa inscrição, o indivíduo da *mise en scène* no espaço público. Porém, se o interacionismo tratou disso nas interações face a face, em que os observadores se encontram no mesmo tempo e espaço, indeferidos, de interação, enquanto palco e plateia; na mediatização, os tempos e espaços são diferidos. A *mise en scène* está “cortada” pela tecnologia e pela técnica. Não se trata, nesse sentido, do mesmo processo semiótico e interacional das interações face a face.

Nesse sentido, o nome “indivíduo midiático”, ou “ator midiático”, nos parece pertinente para pensar essa categoria diferenciada. Mas pode esconder a tensão entre estar *sujeito à*, ser *sujeito de*. De estar subsumido às práticas, estar em interação, construindo uma narrativa, própria.

Vincent Gaulejac (2010) aponta a circunstância, aparentemente contraditória, que impõe as condições para que reconheçamos no indivíduo um “sujeito”:

Os dois processos de assujeitamento podem parecer que se opõem quando na verdade são complementares. De um lado, a ideia de submissão, de subordinação, de subordinação a um poder. De outro, a ideia de individuação, de autonomia, de singularidade que convida a ser um sujeito. Esses dois movimentos correspondem às duas faces do poder (Gaulejac, 2010).

A contradição se situa em diversos níveis. Sujeito aos rituais e estratégias regularizadas relativas aos contextos sociais, às economias/subjetividades do desejo, aos rituais de grupo; em tensão, exacerbada na sociedade mediatizada, com as demandas a se dizer, semiotizar e sugerir

relações sobre o mundo, ou seja, em se constituir em individuo com competência reflexiva; a encenar em espaços diferenciados, enfim, a ser ator/produtor de narrativas.

Essa tensão situa o ser “sujeito de” em um carrefour de determinações e encenações, que deve dominar ritual e estrategicamente, mas, ao mesmo tempo, com competência semio-reflexiva que potencialize suas pretensões ao espaço comunicacional. A comunicação, quando o individuo é *sujeito de* (discurso, reflexão, vínculo, alteridade) está em tensão quando sujeito à, naquilo que a comunicação é ritmo ou regulação, que manifestam, nas sombras, desejo e necessidade. Ritmo porque o individuo satisfaz os rituais (replicando) ações e interações de diversos níveis. Teme as punições da tribo. Regulação, quando aposta em apropriações dos contextos às suas capitalizações e valorizações. Individuo *economicus*, opera com esperteza nos mercados onde atua, investe etc. Aqui, ele teme o insucesso estratégico. Isso é válido inclusive nos processos de mediatização.

A diferença está em que a mediatização implica em novos processos de *sujeito à*. Os contextos pré-existentes se desdobram em novas materialidades e relações, que revelam as chaves do que antes estava apenas em suas formas mais simples, não desenvolvidas. O desejo se libera de antigas amarras. Em novas complexidades, se exacerbam o estar *sujeito à*, ao mesmo tempo em que se multiplicam os dispositivos potenciais para a existência de sujeitos de, incluindo novas competências semio-cognitivas que transformam a comunicação possível, na medida em que se ampliam as possibilidades de retomada da narrativa enquanto discurso que articula diversas lógicas pertinentes com a diversidade de determinações.

Entre essas determinações, estão as instituições, também com seus rituais e estratégias, e os dispositivos midiáticos como lugares de transformação das formas legitimação das instituições não midiáticas. Quando neste novo espaço público de interação, ocorrem deslocamentos: requisita-se aí, o ator midiático, incluindo um séquito de valores pertinentes, desenraizados, pois pertencentes à esfera volátil da circulação desterritorializada.

O ator particular descrito neste artigo indica um tipo de solução para essas contradições: a possível qualidade subversiva do ato comunicativo, em que o individuo está a serviço de uma outra narrativa, e não dos campos adjacentes que se encontram na origem de suas posições.

Ao desejar comunicar, o sujeito precisa empreender estratégias de irritação dos processos subsumidos. Naturalmente, sua inserção peculiar, subjetiva, não é bem aceita pelos dispositivos midiáticos, reconhecidos como tais, pois portadores de protocolos impositivos. Na hipótese singular trabalhada, a forma mais comum de inferência individual é o contrabando de mensagens. Como, ao contrário das instituições, o ator individual consegue circular entre os campos, adotando performances adequadas, plurais, mesmo que distintas, em cada um deles, ele pode “transportar” as mensagens de seu interesse, por mais que o espaço de circulação não esteja preparado ou solícito em relação aos seus interesses.

Seria necessário, nessa perspectiva, explorar os limites dessas narrativas na perspectiva do espaço de emancipação e felicidade sociais. Mas, ali, se manifesta a escolha.

6 Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. La distinción criterio y bases sociales del gusto. España: Taurus Ediciones. 1991.

CORCUFF, Philippe. Essai de clarification et de localisation des apports de la sociologie clinique. Discussion de l'ouvrage de Vincent de Gaulejac *Qui est « je » ? Sociologie clinique du sujet*. Paris: Éditions du Seuil, 2009.

FERREIRA, Jairo. A comunicação como questão no âmbito das hipóteses sobre a Midiatização (ou a comunicação com um problema a ser revelado). Goiania: Universidade Federal de Goiás. Anais do III Seminário de Epistemologia e Pesquisa em Comunicação – Capes/PROCAD. 2011a.

FERREIRA, Jairo. As instituições e os indivíduos no ambiente das circulações emergentes. In: MARCHIORI, Marlene. Faces of culture and organizational communication. 2012 (no prelo).

FERREIRA, Jairo. Onde tu estás? À busca de terceiros no brejo de índices e ícones de um conflito desconhecido (o caso Sharek.aljazeera.com). In: Carlo, Mario, Fausto, Antonio. Midiatização e politica. 2011b (no prelo).

FOLQUENING, Victor. Contrabando cristão nas fronteiras da mídia. Artigo para o seminário de tese da linha IV do doutorado em Ciências da Comunicação. Unisinos, 2011.

FOLQUENING, Victor. Contrabandos pastorais e algumas questões de dispositivo. Artigo para o V Congresso Internacional de Ciências da Religião. PUC/Goias. Setembro de 2011.

GAULEJAC, Vincent. Grand résumé de *Qui est “je” ? Sociologie clinique du sujet*, Paris, Éditions du Seuil, 2009 », *SociologieS* [En ligne] , Grands résumés , Qui est "je" ? , mis en ligne le 27 décembre 2010, Consultado em 30 de outubro de 2011. URL :

<http://sociologies.revues.org/index3362.html>. Trechos utilizados no artigo traduzidos por Victor Folquening.

GOFFMANN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOFFMANN, Erving. La mise en scène de la vie quotidienne. 2. Les relations en public. Paris: Minuit, 1973.

LAHIRE, Bernard. O homem plural. Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

MARX, Karl. A questão judaica. Lisboa; Lusofonia.net. 1975.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. Feuerbach. A oposição entre as concepções materialistas e idealista. Lisboa; Editorial Estampa, 1975.

VERÓN, Eliseo. Los públicos entre producción y recepción: problemas para una teoría del reconocimiento. Curso da Arrábida: Público, Televisão. 2001.18 p

VERÓN, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. Revista Diálogos de la Comunicación, nº 48, out. 1997.

SARTRE, Jean-Paul. A questão de método. In: Os pensadores. São Paulo: Editora Abril, 1978.